



Gilson Pôrto Jr.
Miliana Augusta Pereira Sampaio
(Orgs.)

ENTRE SABERES E DIFERENÇAS:



perspectivas interdisciplinares
sobre inclusão, equidade e direitos



Audiodescrição:

Imagem vertical de capa de livro, com estética editorial contemporânea, composição inspirada em elementos naturais e diversidade humana. O fundo é predominantemente bege-claro, com textura semelhante a papel artesanal, sobre o qual se distribuem formas orgânicas em tons de verde, terracota, laranja, azul e marrom. Na parte superior, centralizados, aparecem os nomes dos organizadores em tipografia marrom-escuro: "Gilson Pôrto Jr. e Miliana Augusta Pereira Sampaio (Orgs.)". Logo abaixo, em letras grandes e destacadas, encontra-se o título da obra. A expressão "ENTRE SABERES E" aparece em verde-escuro, enquanto "DIFERENÇAS:" aparece em terracota, ambas em tipografia de grande impacto visual. Abaixo do título há uma linha horizontal verde e, em seguida, o subtítulo: "perspectivas interdisciplinares sobre inclusão, equidade e direitos". No lado esquerdo da capa há uma composição vertical de elementos gráficos que remetem à diversidade, ao conhecimento e à natureza. Observam-se folhas, padrões geométricos, uma mão estilizada, um livro aberto e um ícone representando um grupo de pessoas. Na região central e inferior da capa há uma grande composição de silhuetas humanas sobrepostas, representando pessoas diversas. As figuras apresentam diferentes tons de pele e cores — marrom, laranja, azul, verde, terracota, amarelo e cinza — e diferentes características visuais, incluindo cabelos variados, uma pessoa usando óculos e uma pessoa em cadeira de rodas. Algumas silhuetas apresentam elementos vegetais ou formas abstratas integrados à composição. A imagem enfatiza visualmente a pluralidade, a diferença, a inclusão e a convivência entre sujeitos. Na parte inferior, formas onduladas em diferentes tons representam uma paisagem. Há áreas verdes que remetem à vegetação, uma faixa azul que sugere um rio e formas em terracota, bege e verde que lembram relevo e paisagem natural. À direita, destaca-se a silhueta de uma árvore de copa ampla, reforçando a relação entre diversidade humana, território e natureza. No canto inferior central está o logotipo da editora "Observatório edições", acompanhado de um símbolo gráfico formado por formas semelhantes a páginas ou folhas nas cores azul, verde e amarelo. A composição utiliza cores terrosas e naturais, formas orgânicas, silhuetas humanas diversificadas e elementos associados à natureza e ao conhecimento, criando uma identidade visual que comunica inclusão, pluralidade, interdisciplinaridade, equidade e direitos. Fim da audiodescrição.

Gilson Pôrto Jr.
Miliana Augusta Pereira Sampaio
(Orgs.)

**ENTRE SABERES E DIFERENÇAS:
perspectivas interdisciplinares sobre
inclusão, equidade e direitos**

Observatório Edições
2026

Diagramação/Projeto Gráfico: Gilson Pôrto Jr.
Arte de capa: Gilson Pôrto Jr. com uso de prompt autoral.
Publicado em: Setembro/2026.

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Considerando as legislações nacionais e internacionais de ética em pesquisa, de propriedade intelectual e de uso de imagens, os autores de cada trabalho são plenamente responsáveis por todo seu conteúdo (inclusive pelos textos, figuras e fotos nele publicadas), isentando os organizadores de qualquer responsabilidade em todas as possíveis situações.



Todos os livros publicados pelo Selo Observatório/OPAJE estão sob os direitos da Creative Commons 4.0
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2)

E61

Entre saberes e diferenças : perspectivas interdisciplinares sobre inclusão, equidade e direitos / organização de Gilson Pôrto Jr. e Miliana Augusta Pereira Sampaio.
— Palmas, TO : Observatório Edições, 2026.

258 p.

Contém bibliografia
ISBN 978-65-977070-8-9

1. Inclusão social. 2. Equidade. 3. Direitos humanos. 4. Educação inclusiva. 5. Interdisciplinaridade. I. Pôrto Jr., Gilson. II. Sampaio, Miliana Augusta Pereira.

CDD 370.115
CDU 37.043.2
LCC LC1200

Marcelo Diniz – Bibliotecário – CRB 2/1533. Resolução CFB 184/2017.

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Observatório Edições e/ou do OPAJE/UFT. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais. Todos os artigos passaram por avaliação dos pares.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

REITORA

Profa. Dra. Maria Santana
Ferreira dos Santos

VICE-REITOR

Prof. Dr. Marcelo Leinerker Costa

Pró-Reitor de Graduação

Profa. Dra. Valdirene de Jesus

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof. Dr. Marcos Vinícius Giongo Alves

Pró-Reitor de Extensão e Cultura

Profa. M. Bruno Barreto

Núcleo de Pesquisa e Extensão Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE-UFT)

Dr. Danilo de Melo Sousa
Dra. Eliane Marques dos Santos
Dr. Francisco Gilson Rebouças Pôrto Junior
Dr. Fernando Rodrigues Peixoto Quaresma
Dr. José Lauro Martins
Dr. Nelson Russo de Moraes
Dr. Rodrigo Barbosa e Silva
Dra. Marli Terezinha Vieira
Dr. Sinomar Soares de Carvalho Silva



SELO EDITORIAL Observatório/OPAJE CONSELHO EDITORIAL

PRESIDENTE

Prof. Dr. José Lauro Martins

Membros:

Prof. Dr. Nelson Russo de Moraes

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Brasil

Profa. Dra. Maria Luiza Cardinale Baptista

Universidade de Caxias do Sul; Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Profa. Dra. Thais de Mendonça Jorge

Universidade de Brasília (UnB), Brasil

Prof. Dr. Fagno da Silva Soares

Clio & MNEMÓSINE Centro de Estudos e Pesquisa em História Oral e Memória
– Instituto Federal do Maranhão (IFMA), Brasil

Prof. Dr. Luiz Francisco Munaro

Universidade Federal de Roraima (UFRR), Brasil

Prof. Dr. José Manuel Pelóez

Universidade do Minho, Portugal

Prof. Dr. Geraldo da Silva Gomes

Universidade Estadual do Tocantins, Brasil

Como Referenciar ABNT NBR 6023/2018

Documento no todo

PÔRTO JR., Gilson; SAMPAIO, Miliana Augusta Pereira (Orgs.). **ENTRE SABERES E DIFERENÇAS: perspectivas interdisciplinares sobre inclusão, equidade e direitos**. Palmas, TO: Observatório Edições, 2026. 258 p. ISBN 978-65-977070-8-9

Nos Capítulos

SOBRENOME, Nome; SOBRENOME, Nome. Título do capítulo. *l*.
PÔRTO JR., Gilson; SAMPAIO, Miliana Augusta Pereira (Orgs.). **ENTRE SABERES E DIFERENÇAS: perspectivas interdisciplinares sobre inclusão, equidade e direitos**. Palmas, TO: Observatório Edições, 2026, p. xx-xx.

SUMÁRIO

PREFÁCIO/ 9

CAPÍTULO 1 – GLOBALIZAÇÃO EM PERSPECTIVA: Práticas Inclusivas e Tecnologias Digitais no Ensino de Geografia / 19

Fran Correa e Castro Lara e Alessandra Furtado de Oliveira

CAPÍTULO 2 – TECNOLOGIAS ASSISTIVAS E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: Possibilidades, Desafios e Impactos na Aprendizagem / 39

Aline dos Santos Ribeiro

CAPÍTULO 3 – PROGRAMAS DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR E A ATIVIDADE DOCENTE DIANTE DE ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO: uma Revisão Sistemática / 55

Miliana Augusta Pereira Sampaio e Francisco Gilson Rebouças Porto Junior

CAPÍTULO 4 – ESTRATÉGIAS PSICOPEDAGÓGICAS E TERAPÊUTICO-OCUPACIONAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DA AUTORREGULAÇÃO EM CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO CONTEXTO ESCOLAR: Estado da Arte / 81

Miliana Augusta Pereira Sampaio, Ivonete Marques Carvalho, Jakeline Jorge Silva e Rafaele Fonseca dos Santos

CAPÍTULO 5 – O PRINCÍPIO DA EQUIDADE NO SUS: Desafios e Perspectivas para um Atendimento Diverso e Inclusivo na Saúde Pública / 111

Flávia Silva de Souza, Kelly Cristina Freire Doria, Maria do Carmo Cisne, Carlos Hilton, Silvia Cristina Rufino e Robisom Damasceno Calado

CAPÍTULO 6 – VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA: Invisibilização, Deficiência e Exclusão no Pós-Guerra do Paraguai / 147

Alessandra Furtado de Oliveira, Jacqueline de Faria Barros Ramos, Célia Maria Adão de Oliveira Aguiar de Sousa e Ruth Maria Mariani Braz

CAPÍTULO 7 – A INCLUSÃO ESCOLAR NO BRASIL: desafios, legislação e práticas para garantir equidade e acesso a todos / 177

Sílvia Cristina Rufino, Ester Chapiro e Pedro R. Bom

CAPÍTULO 8 – ATUAÇÃO DO LEDOR E TRANSCRITOR NO ENSINO SUPERIOR: uma revisão dos estudos publicados / 221

Luciana Perdigão, Alessandro Câmara De Souza, Tamires Cavina Pessoa e Natália Oliveira de Arruda Rosario

ÍNDICE REMISSIVO / 241

SOBRE OS AUTORES E ORGANIZADORES / 249

Pensar a inclusão no mundo contemporâneo exige ultrapassar fronteiras disciplinares, questionar práticas historicamente consolidadas e reconhecer que as diferenças constituem a própria experiência humana. Inclusão não se limita à presença de determinados sujeitos nos espaços sociais, educacionais, científicos ou institucionais. Ela pressupõe participação, reconhecimento, acessibilidade, equidade, autonomia e, sobretudo, a efetivação de direitos.

É a partir dessa compreensão que nasce *Entre Saberes e Diferenças: Perspectivas Interdisciplinares sobre Inclusão, Equidade e Direitos*, obra que reúne estudos provenientes de diferentes campos do conhecimento e estabelece diálogos entre educação, saúde, história, tecnologia, Psicopedagogia e Terapia Ocupacional. Embora os capítulos apresentem objetos, sujeitos e contextos

VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA: invisibilização, deficiência e exclusão no Pós-Guerra do Paraguai

Alessandra Furtado de Oliveira

Jacqueline de Faria Barros Ramos

Célia Maria Adão de Oliveira Aguiar de Sousa

Ruth Maria Mariani Braz

Introdução

A Guerra do Paraguai, foi um conflito que ocorreu durante o segundo Reinado, que durou de dezembro de 1864 a março de 1870, e que teve envolvimento do Brasil, Argentina, e Uruguai, de um lado, formando uma chamada “Tríplice Aliança”, contra o Paraguai (Vás, 2011).

Esse tema é muito controverso e passível de estudos que trazem versões bem diferentes dependendo da perspectiva que se busca enfatizar. Há casos em que percebemos um viés acentuado em relação ao campo ideológico, que acaba por transformar tudo em uma versão muito simplista do referido assunto. É notório e talvez seja esse, o motivo de tantas opiniões divergentes, de que o

fato da quantidade escassa e sem comprovação de autenticidade em relação a fontes sobre o período dificulta a sua validação (Patrício, 2024).

Segundo os estudos de Manoel José Porto Júnior (2002), poderíamos dividi-la em três versões distintas: a nacionalista ou oficial, que vigorou sem contestação até meados do século XX, trazendo o ponto de vista dos vencedores, suas agruras, os feitos heróicos e que busca desqualificar o inimigo sem dar maiores detalhes dos motivos reais que levaram a luta. Geralmente é contada por escritores ligados ao Estado; a versão revisionista, que busca mostrar que o Paraguai na verdade representava um risco ao imperialismo inglês, tendo em vista o grau como vinha crescendo independente e dessa forma representava uma ameaça que deveria ser extirpada para não servir de modelo a outras nações que eram subservientes ao seu controle (Júnior, 2002).

A versão mediadora, que é mais atual e que busca relacionar o conflito com a formação e consolidação dos Estados Nacionais na América, ela não despreza por completo a influência da Inglaterra nos desdobramentos que se sucedem, mas não atribui tanto peso a essa questão. Em cada uma dessas versões podemos perceber nas entrelinhas o contexto a qual estavam inseridas e como foram de grande influência para suas propagações (Bento, 2015).

A história oficial remonta a um período que o Brasil queria mostrar a sua beligerância e soberania diante das demais nações americanas, na possibilidade de ter continuidade de um Terceiro Reinado, fato que não ocorreu (Comissolini, 2011).

A narrativa revisionista teve origem num período onde a esquerda latino-americana, buscava a todo custo evidenciar o papel imperialista dos Estados Unidos na região, como outrora havia sido feito pela Inglaterra, e o esse papel mais recente da versão denominada de mediadora, busca se debruçar sobre questões que não foram exploradas anteriormente de uma maneira para além da superficialidade (Schaller, 2024).

Nesse contexto, torna-se importante compreender que os impactos da Guerra do Paraguai não se restringiram apenas às disputas territoriais e políticas do período, mas também produziram profundas consequências sociais para aqueles que retornaram mutilados ou incapacitados fisicamente. Conforme discute Romeu Kazumi Sassaki, a inclusão social pressupõe o reconhecimento das diferenças e a superação de mecanismos históricos de exclusão. Nesse sentido, refletir sobre os chamados “Inválidos da Pátria” também significa compreender como determinados sujeitos foram afastados da memória oficial brasileira. Muitos desses sujeitos passaram a ocupar uma condição de invisibilidade social, sendo frequentemente reduzidos à imagem de “inválidos” ou “desvalidos”. Atualmente, tais experiências podem ser analisadas à luz dos estudos sobre inclusão e deficiência, considerando que as limitações enfrentadas por esses ex-combatentes eram ampliadas pelas barreiras sociais, pelo abandono estatal e pelo apagamento histórico.

Por conta do expansionismo Napoleônico, que vigorava na Europa e aproveitando-se disso, essas regiões se tornaram independentes da Espanha. A região do Paraguai se tornou independente em 14 de maio de 1811, e passou a ter como base de sua economia o fumo, erva-mate e produtos agropastoris.

A nação após a independência não se curva diante de mando dos argentinos e fica proibida de fazer uso da navegação do Rio da Prata por onde escoava mercadorias para as exportações. Nessa ocasião, quem governava o Paraguai era Gaspar Garcia Francia (1766-1840), que comandou a resistência aos ataques dos argentinos numa pretensa anexação da área:

O povo, culturalmente “domesticado” desde os tempos das missões jesuíticas, acostumado com um modelo de dominação patriarcal, aceitaria a substituição da Igreja

pelo Estado. Para realizar tal intento, o governo da França força a Igreja paraguaia a se desligar de Roma, toma suas terras e institui a liberdade de crença. Além das terras da Igreja, o Estado adquire terras por meio da expropriação dos antigos donos e da compra por valores baixos. Na nova estrutura fundiária cria-se a figura do arrendatário, que pagavam valores irrisórios para utilizar as terras do governo e as “Estâncias da Pátria”, nas quais o modelo de produção era comunal (JÚNIOR, 2002, p. 5)

Francia valorizava muito a educação chegando ao final do seu governo a marca de quase erradicação do analfabetismo, num período em que ainda no Brasil convivíamos com a escravidão, também condenava o luxo e a ostentação que as elites locais sempre fizeram questão de evidenciar, e aboliu a língua espanhola que foi substituída pelo guarani (Schaller, 2024).

Aos poucos ele vai elevando o sentimento nacionalista da população, obtendo apoio da maioria e calando os opositores do seu governo. Em 1840, morre Francia e quem assume o governo é Carlos Antônio López (1790-1862), cuja função era modernizar e industrializar o país, tarefa que procurou executar sem a ajuda do capital dos ingleses. Para isso priorizou a indústria de base e ferrovias. Também deu muita atenção à estrutura militar como uma forma preventiva das constantes ameaças argentinas (Vieira, 2024).

Para dar continuidade nesse contexto de forma mais soberana e independente do país, resolveu enviar seu filho e outros para estudar na Europa para não precisarem de importar mão-de-obra especializada quando houvesse necessidade. E em 1862, após a morte de López, assume o governo seu filho Francisco Solano López, (1827-1870), uma pessoa que cresceu dentro desse contexto

nacionalista paraguaio, com temperamento arrebatado e comum a carreira militar de ascensão meteórica (De Vasconcelos, 2023).

Sendo assim, o objetivo desse trabalho é relatar como aconteceu de fato esse “suposto” voluntariado, onde as pessoas eram aliciadas diante das propostas de soldos atrativos e de que seriam recompensadas por ocasião dos seus retornos, fato que não ocorreu. E de como essa massa de desvalidos que passaram a ser chamados de “Inválidos da Pátria”, tiveram que se adaptar a realidade de mutilados, passando sobreviver por seus próprios meios ou da caridade alheia.

A utilização de expressões como “inválidos”, “desvalidos” ou “aleijados”, presentes em diversas fontes históricas do período, evidencia a maneira como a sociedade oitocentista compreendia os corpos mutilados. Atualmente, tais terminologias são problematizadas pelos estudos inclusivos por reforçarem perspectivas capacitistas, que reduzem o sujeito às suas limitações físicas, invisibilizando sua cidadania, autonomia e dignidade.

Metodologia

Nosso trabalho usou como metodologia uma revisão bibliográfica narrativa, buscando nas bases científicas de dados como: *Google Acadêmico*, ERIC, Periodicos da CAPES, Researchgate, resultados para as palavras-chave que nortearam nosso artigo, que foram: Mutilados; Inclusão; Pessoa com deficiência; Ensino; História do Brasil. Através da triagem que foi feita a partir dos resultados encontrados, buscamos desenvolver nossa escrita de forma que contemplasse os enfoques que são apresentados ao longo do texto. Utilizamos o connect paper (<https://www.connectedpapers.com/>) para nos auxiliar a encontrar os autores mais citados e os mais recentes para compor o nosso texto.

Resultado

Os demais países que se envolveram nesse conflito, no período que o precedeu encontravam-se nas seguintes situações: A Argentina, passava por um período turbulento de instabilidade devido às divergências internas, de um lado os portenhos que representavam a classe dominante que era composta de comerciantes ligados aos ingleses e do outro lado os caudilhos que queriam a descentralização política. O Uruguai tentava manter sua neutralidade diante da Argentina e do Brasil. Até mesmo porque também sofria com as ideias de anexação do território pelos argentinos e porque rivalizavam com os caudilhos gaúchos, seus concorrentes nas vendas de couro e charque (Vaz, 2011).

Nesse contexto existiam interesses divergentes entre os partidos "blanco" e "colorado". Os representantes do partido "Colorado" eram apoiados pelo Brasil e Argentina, que não viam com bons olhos a autonomia do Paraguai, que era alinhado com o partido "Blanco". Quando assumiu o governo, Solano se aproximou de um grupo de dissidentes argentinos denominados federalistas, que tinha como liderança José Justo Urquiza (1801-1870). Essa aliança causou grande desconforto ao presidente argentino Bartolomé Mitre. Para os paraguaios a aproximação com os brancos trouxe benefícios como poder utilizar o porto em Montevideú. Brasil e Argentina apoiavam os colorados e a disputa entre esses grupos preparou o caminho da guerra (Júnior, 2002).

Em 1863, Venâncio Flores (1808-1868) liderou um grupo de colorados contra os brancos que estavam no governo, e o governo no Brasil se sentiu pressionado pelos estancieiros gaúchos a apoiar essa luta, pois se sentiam prejudicados pelos blancos. Para justificar seu intervencionismo, o Brasil usou o argumento de que defendia os interesses de brasileiros que sofriam agressões por milícias blancas. Agindo dessa forma favorecem os colorados que possuíam alinhamento ideológico compatível com os interesses brasileiros (Pérez, 2023).

Solano além de se sentir prejudicado no que se referia ao Uruguai, ficou convencido que na realidade a intenção do Brasil era expansionista e que posteriormente ele seria feito no Paraguai. Em agosto de 1864 o Brasil recebeu um ultimato do Paraguai de que se não recusasse sofreria consequências. O Brasil invadiu o Uruguai em setembro de 1864 e ajudou a destituir os blancos e alçou os colorados ao poder. Em dezembro do mesmo ano, foi aprisionado uma embarcação brasileira no rio Paraguai, o navio Marquês de Olinda, e em seguida invadiram a província do Mato Grosso. Esse ato deu início ao conflito entre o Brasil e o Paraguai (Schaller, 2024).

Ao término da Guerra apressou-se por parte dos envolvidos, um processo de “ocultação” de forma bem célere. Por uma série de razões, como violência empregada de forma excessiva durante o conflito, e o fato do Imperador D.Pedroll conhecido por sua pacificidade, não querer ser lembrado com um carrasco:

Um ano depois de terminada, a Guerra do Paraguai já estava no esquecimento.¹ A propaganda abolicionista, que levou à assinatura da Lei Áurea, pela abolição da escravidão, em 13 de maio de 1888 – encerrando um capítulo da história do Brasil de três séculos –, e o debate político que resultaria na Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, constituíram-se nos temas prediletos da imprensa em todo o Brasil. A comemoração oficial do dia 10 de julho de 1870, pela vitória brasileira na guerra, jamais se repetiu. A data não foi instituída como feriado nacional, impedindo-se, desse modo, que a memória fosse inscrita no tempo. A obliteração daquela memória recente teve como uma de

suas causas a sucessão de novos episódios que despertavam a atenção pública (Rodrigues, 2014, p. 165).

O que se assistia em muitos lugares na ocasião era o profundo descontentamento dos que haviam embrenhado nessa empreitada. Muitos dos que tinham participado do conflito arriscando sua vida, não conseguiam diante de tanta burocracia que vigorava o pagamento de seus soldos (De Santos Nascimento, 2023). Sabemos que em meio a esses, muitos voltaram com sequelas que comprometeram sua mobilidade, passaram a depender de outros para conseguir se alimentar e até mesmo sobreviver. Havia um sentimento dúbio sobre o que se comemorar e o que era necessário esquecer. Ao mesmo tempo que a vitória na Guerra simbolizava um feito de conquista, de rejubilo, muitos do que dela participaram, na ocasião se encontravam desassistidos pelo governo e como representavam, em alguns casos, o arrimo da família o que sucedeu foi uma vida de muita privação, e dificuldades (Valério, 2023).

Os que haviam lutado pela Pátria, sofreram um processo de supressão para não deixar que a crueldade desse conflito viesse à tona, formavam o batalhão dos "esquecidos da guerra". Cujas existência mobilizou a criação do Asilo dos Inválidos (Braga, 2023). O processo de invisibilização desses ex-combatentes demonstra que o apagamento histórico também pode ser compreendido como uma forma de exclusão social. Enquanto os grandes líderes militares e os feitos bélicos permaneceram presentes na memória nacional, os sujeitos mutilados pela guerra foram gradativamente silenciados, como se seus corpos marcados representassem uma lembrança incômoda do conflito.

Muitas foram as causas que poderiam ser abordadas nesse conflito como a fome, a crueldade para com o inimigo, as estratégias utilizadas e outros. Vamos nos ater ao caso

dos Voluntários da Pátria, cooptação, e desdobramentos do caso de alguns participantes que voltaram mutilados do conflito e como foram suas vidas a partir daí (Braga, 2023).

As reflexões de Michel Foucault acerca da normalização social dos corpos contribuem para compreender esse cenário, uma vez que indivíduos considerados improdutivos ou desviantes dos padrões sociais tendem historicamente a ser marginalizados ou afastados dos espaços de visibilidade. Quando o governo brasileiro percebeu que a Guerra poderia durar muito mais do que o esperado e de que o exército que enfrentavam era muito mais bem preparado, começou com uma grande campanha para recrutar homens civis, com promessas de vantagens a quem se sentisse seduzido pela proposta:

O governo brasileiro publicou, em 7 de janeiro de 1865, o Decreto Imperial 3.371, criando os Corpos de Voluntários da Pátria, com o intuito de atrair civis dispostos a empunhar armas em nome da nação. Em contrapartida, o governo assegurava vantagens como prêmios de trezentos mil réis; lotes de terras com 22 mil braças em colônias militares; preferência nos empregos públicos; patentes de oficiais honorários; títulos nobiliárquicos; liberdade a escravos; assistências a órfãos, viúvas e mutilados de guerra (Rodrigues, 2009, p. 13).

O que de início era um chamariz que se valia da chama patriótica e que num primeiro momento acabou por receber ricos, pobres, indígenas e escravizados, foi se escasseando e a empreitada

acabou se tornando um recrutamento forçado. E quanto mais a guerra perdurava, maior era o número de baixas no combate, seja por mutilação resultante de algum confronto ou de cólera, varíola, beribéri, e outras moléstias.

Eles foram ignorados ou mencionados apenas de passagem e mesmo hoje a História da Guerra do Paraguai não relatou o cotidiano dos acampamentos, o que eles sofreram, sendo poucos os trabalhos que se preocupam com a história dos pequenos ou sob o ponto de vista do soldado raso e sobre o que pesa até hoje um silêncio avassalador (Dourado, 2014, p. 22).

Durante as cruéis batalhas que ocorreram o número de baixas era enorme, e quando um combatente se feriu gravemente e precisasse de amputação raramente escapava da morte devido a insalubridade e falta de higiene dos ambientes, os locais eram chamados de “hospitais de sangue”. Nessas áreas o que se via era um ambiente apinhado de moribundos que exalavam um cheiro nauseabundo que emanava de seus curativos continuamente repletos de pus, a assepsia era solenemente ignorada nesses ambientes em que a água que dispunham para limpar os locais de ferimento era a mesma por todos compartilhados, incluindo os que estavam em graus avançados da gangrena (Silva, 2012).

Devida a um decreto de 1857 toda coluna tinha por obrigação ser acompanhada por um “hospital de sangue” minimamente equipado com o quantitativo de três ambulâncias, canastra, farmácia e provisões que nessas circunstâncias além de serem limitadas não contava com variedade (Rodrigues, 2023)

Inovações Bélicas determinantes para o resultado da guerra

É importante destacar que os avanços tecnológicos que surgiram nesse período potencializaram o poder de destruição dos materiais bélicos como os projéteis que antes eram em formato esférico, o que fazia a precisão e o alcance serem bastante limitados, porém a partir do momento em que foram aperfeiçoados e adquiriram esse formato ogival a munição adquire um alcance e precisão maior como também potencializa a sua capacidade de destruição. Some a cada um dos itens expostos anteriormente a inexperiência dos que atuavam nesse espaço como pode ser descrito nesse fragmento:

Sabe-se que o envio de estudantes de medicina das Faculdades do Rio de Janeiro e da Bahia, para as atividades nos hospitais de campanha foi comum durante a guerra. Claro que a inexperienciados mesmos muitas vezes era deixada de lado e levava-se em conta as atividades que cada um podia aprender com rapidez e desempenhar em seguida. Os hospitais, durante as campanhas no Prata, funcionavam como verdadeiros laboratórios a céu aberto, onde os acadêmicos de medicina aprendiam, na prática, como socorrer e receitar medicamentos, assim como auxiliar em amputações, ou conter sangramentos em fraturas expostas ou ferimentos a bala (Silva, 2012, p. 40).

Outro elemento inovador para o período que passou a ser muito utilizado foi a anestesia, que inicialmente se fazia usando clorofórmio, que tinha como aspectos positivo não ser muito tóxico

e inflamável, um detalhe extremamente importante tendo em vista que muitas cirurgias eram feitas sob a luz de velas ou lamparinas. Como aspecto negativo, podemos salientar que a quantidade não supria a demanda e não eram raras as ocasiões em que as cirurgias eram feitas sem o seu auxílio, ou seja “a sangue-frio”, uma prática que ocorria com muita frequência antes do seu advento em muitos lugares no mundo (figura 1), ou com o paciente que havia ingerido aguardente por recomendação médica (Queiroz, 2024).

Figura 1- Procedimentos cirúrgicos, detalhe do livro feito pelo historiador e médico Richard Barnett, em 1846, atente ao detalhe de que a pessoa que está amarrada é segurada para suportar a dor.



Fonte: <https://shre.ink/72rl>

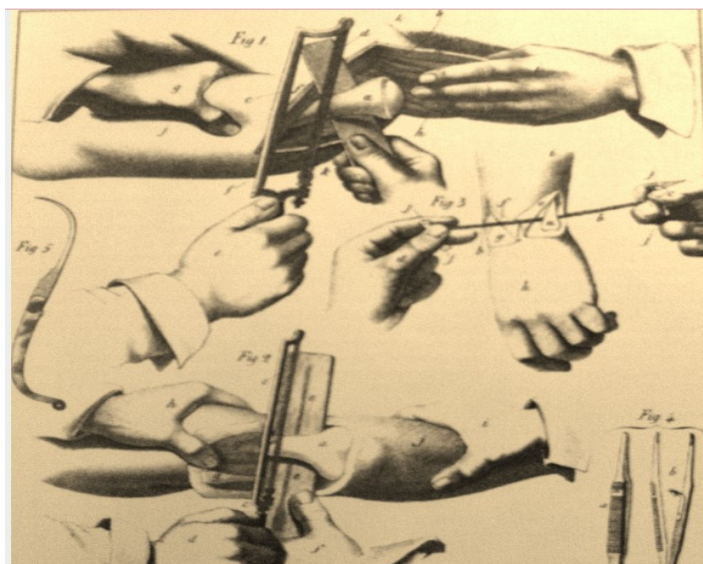
Os tipos deferimentos e a inabilidade da maioria do corpo médico, que não tinha sido informado sobre as possíveis técnicas para a extração de balas, fez que muitos diagnósticos fossem

tratados com amputação do membro e o número de pessoas que foram sujeitas a essa prática eram assustadores.

A literatura que orientava a formação dos cirurgiões no Brasil tinha como modelo casos europeus, alusivos à *"Memoirs of Military Surgery, and Campaigns of The French Armies"* escrito pelo Cirurgião-Chefe das tropas Napoleônicas, Dominique-Jean Larrey, ou ao *"A Manual of Military Surgery"* de Samuel D. Gross, que versava sobre procedimentos realizados na Guerra da Secessão (figura 2).

Podemos destacar que com as novas leituras e material para exercitar e praticar as cirurgias em abundância, atendimento era a longo prazo aperfeiçoar o seu procedimento e a criação de novos métodos. Como o que ocorreu na amputação dos membros inferiores.

Figura 2 - Detalhe do livro que orienta a secção de ossos na cirurgia, por Velpeau Alfred New elements of opertive surgery. New York: Samuel s. & William Wood, 1851, vol. 1.



Fonte: <https://shre.ink/72rl>

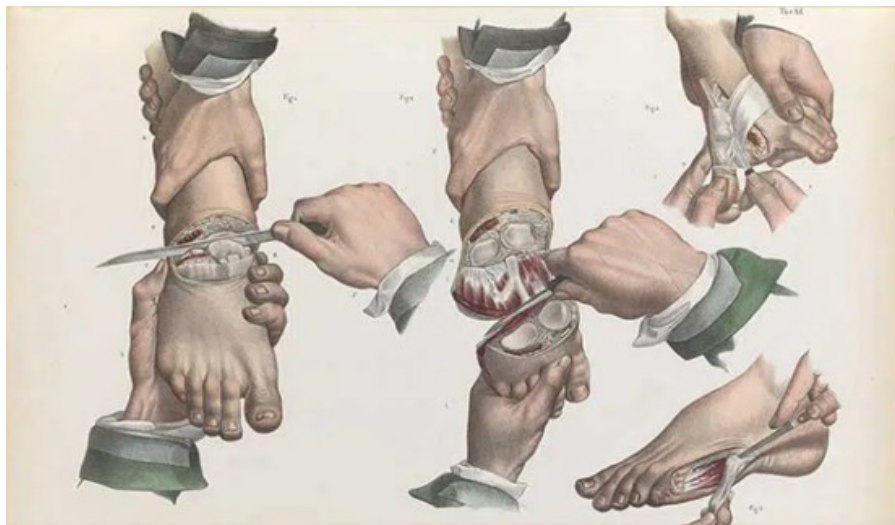
De início o método mais empregado era feito com uma faca circular e numa só incisão (método Dupuytren), em seguida serravam o fêmur e realizavam a sutura, tudo feito em um só plano. A nova técnica utilizava uma faca reta que fazia a secção por tecido e permitia a sutura do membro restante em formato de "V", bem próximo do que ainda é feito hoje (Silva, 2012).

Os problemas maiores nas amputações ocorrem nos membros superiores e mais próximos do tórax, porque nessas circunstâncias era de vital importância controlar o fluxo sanguíneo dos vasos subclávios. No entanto, mesmo diante de tantas adversidades havia casos exitosos, como o do soldado Júlio José Chagas, que foi operado pelo médico baiano Álvaro Moreira de Sampaio, num caso de amputação bilateral de membros superiores próximo ao tórax e com sucesso no ponto de vista clínico (Pereira, 2023).

Os casos em que a cirurgia deveria ser feita na região abdominal eram terminantemente proibidos, ou feitos em raríssimos casos, os riscos de infecções eram assustadoramente altos diante do quadro higiênico do local, e favorecia o número de infecções e posteriores baixas no período pós-operatório (Rodrigues, 2009).

Muitos sofriam do que chamavam na época de "gangrena nosocomial" ou "traumática", e alguns médicos acreditavam que a cicatrização boa era só possível após o indicativo de pus nas feridas, e muitas não eram tratadas por esse motivo o que aceleravam as infecções. E nos terrenos pantanosos e alagadiços, era recorrente a chamada "gangrena por congelação", uma vez que muitos soldados, principalmente os que vinham do Norte e Nordeste do Brasil, eram desprovidos de calçados. E devido a esse fato muitos perderam partes de dedos, dedos, partes do pé, ou todo ele, e para fazer as incisões (Figura 3) de forma correta, recorriam a literatura como mecanismo auxiliar (Júnior, 2009).

Figura 3 - Detalhe do livro que versa sobre amputação dos dedos do pé com o auxílio de uma faca simples



Fonte: <https://shre.ink/72rl>

Embora o Brasil tenha obtido vitória no dia 10 de julho de 1810 sobre as tropas paraguaias, a data não foi alçada ao calendário de datas comemorativas. Ela sofreu um caso de omissão devido aos excessos que vieram à tona posteriormente e corroboraram para as suas exéquias. Muitos combatentes que partiram para o campo de batalha, os denominados “Voluntários da Pátria” inflamados pelo amor patriótico, voltaram para as suas casas como os “Inválidos da Pátria”, devido às suas sequelas físicas e em alguns casos mentais.

Não há estimativa unânime entre os pesquisadores que quantifiquem o número de mortos no fim da guerra, a população civil e militar, assim como não há consenso sobre o número de mortos por doenças epidêmicas e por ferimentos recebidos nas

batalhas. Os soldados desmobilizados e enviados de volta ao Brasil para tratamento médico devido às doenças crônicas ou mutilações de seus membros inferiores e superiores, tornaram-se um problema social, grave, para ser resolvido pela administração pública (Dourado, 2014, p. 75).

Ao término da guerra o número de pessoas desvalidas que se acumulavam nos centros das cidades só fazia crescer. Ali eles expunham toda a sua mágoa com o tratamento recebido pelo governo e destituídos de posses que os pudesse prover só restavam a eles contar com a caridade dos transeuntes, que fitavam com um misto de horror e pena seus cotos amputados que em alguns casos eram encobertos pela perna da calça ou da blusa visivelmente vazia. A condição desses ex-combatentes dialoga com o conceito de estigma discutido por Erving Goffman, segundo o qual determinados sujeitos passam a ser percebidos socialmente a partir de características consideradas desviantes. Dessa forma, os mutilados da Guerra do Paraguai deixaram de ser vistos como heróis nacionais e passaram a ocupar posições de marginalidade e exclusão social. Asilo dos Inválidos da Pátria De nada serviam as medalhas que alguns ostentavam, elas que poderiam servir como um motivo de honra, na verdade lembravam seu algoz (De Santos Nascimento, 2023). Embora o Asilo dos Inválidos da Pátria representasse uma tentativa de assistência aos ex-combatentes mutilados, também simbolizava um mecanismo de afastamento desses sujeitos do convívio social. Muitos eram enviados para locais distantes e isolados, permanecendo longe da vida pública e da memória coletiva nacional.

Alguns casos desses desvalidos foram amplamente divulgados em jornais de grande circulação do período como Jornal do Comércio, A Reforma, Gazeta de Campinas, Diário de Notícias,

Opinião Liberal, mas o que dedicava a maior quantidade de matérias relacionadas a essas pessoas era o soteropolitano O Alabama. E o motivo era justificado pelo fato de ter saído desse estado o maior contingente de voluntários para a Guerra. Os relatos tratam de casos como os que seguem, dos “Invisibilizados da Pátria” (Rodrigues, 2009). A deficiência desses indivíduos não estava relacionada apenas às mutilações adquiridas nos campos de batalha, mas também às condições sociais produzidas pelo abandono político, pela pobreza e pela ausência de políticas públicas efetivas de inclusão e reconhecimento.

O soldado Júlio José Chagas, ainda aos 18 anos, se destacava como destemido e na Batalha de Curupati, perdeu os dois braços bem perto do tórax, em combate. Foi um raro caso de exceção a morte nessas circunstâncias como já foi mencionado anteriormente, graças à destreza do médico cirurgião baiano Álvaro Moreira Sampaio (Valadares, 2023).

Devido à gravidade e surpreendentemente recuperação de Júlio José, seus colegas de combate se preocuparam com a sua sobrevivência posterior à guerra e por isso abriram uma subscrição pública no acampamento de Humaitá, com fins de lhe assegurar que tivesse uma vida digna ao regressar para o Brasil. Em uma publicação de 30 de outubro de 1868, há um informe de que doentes incuráveis e mutilados estavam rumando para a Corte, e dentre eles estava Júlio José (Rodrigues, 2014).

Junto com ele ia o montante de 360 libras amealhado da prescrição pública, que havia sido feita entre médicos e oficiais de três corpos do Exército. Porém se apurou posteriormente que esse montante na verdade foi de fato entregue a José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho, que na ocasião ocupava o cargo de presidente da Sociedade Asilo dos Inválidos da Pátria, lugar para onde Júlio José foi encaminhado ao regressar para o Brasil, contrariando seu desejo de permanecer junto a um tio chamado Manoel José das Chagas (Rodrigues, 2014).

O senhor Manoel José das Chagas, tio de Júlio, por não ser alfabetizado recorria a terceiros para que escrevesse as solicitações de Júlio, para em seguida encaminhar ao governo. Em uma dessas solicitações dirigida ao presidente do Asilo, ele reafirmava que o sobrinho era um soldado reformado, julgado incapaz em uma inspeção de saúde feita por uma junta militar, e que mesmo o sobrinho diante desses fatos não tenha conseguido uma provisão de reforma, gostaria de sair do asilo e ficar com sua família em sua província de origem, de onde aguardava alguma mudança posterior quanto a esse fato. Como resposta obteve a orientação de que somente o Imperador D. Pedro II poderia tomar a decisão sobre o ex-praça (Rodrigues, 2014).

É importante lembrar que por ser um amputado bilateral, Júlio demandava cuidados maiores como auxílio com o banho, higiene pessoal e até mesmo na alimentação, e em meio a tantos casos na instituição nada mais justo que permitir, até mesmo por uma questão de reconhecimento aos serviços prestados a Pátria, que atendessem seus anseios. Somente após um ano e após atravessar muitas instâncias Júlio pode ir com seu tio, mas sem levar o valor cotizado durante a prescrição pública, que continuou no asilo de Inválidos da Pátria, num explícito gesto de apropriação indevida de um montante que havia sido para ele destinado. Esse fato trouxe muitas discussões na imprensa durante o período, desgastando ainda mais o modelo de governo monárquico que já andava muito malvisto (Rodrigues, 2014).

O capitão honorário do Exército, Antônio da Silva Mello, era um baiano de 27 anos que durante o conflito perdeu uma das pernas. Ao retornar cobrou por meio de uma carta publicada em um jornal, invocando o constante no artigo 9º do Decreto de 7 de janeiro de 1865, a promessa que havia sido feita aos voluntários da ocasião dos recrutamentos que afirmava que teriam prioridades em cargos públicos. Buscava com essa feita chamar atenção do imperador, uma

vez que o vice-presidente da Bahia, havia-lhe negado durante quatro tentativas feitas anteriormente (Rodrigues, 2014.)

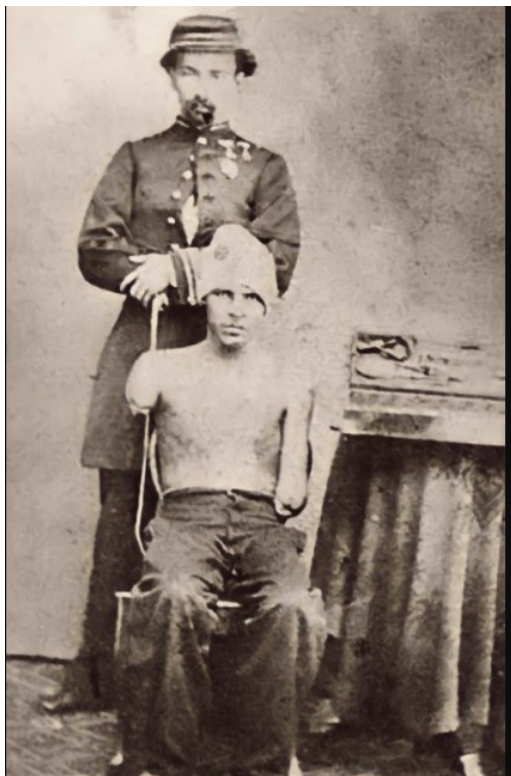
Dentre seus argumentos ele assegurou habilitação para o cargo que primeiro havia solicitado e posteriormente até se dispôs a outro, o de escrivão de órfãos, na cidade de Santo Amaro, um cargo que demandava mais a escrita e que também lhe foi negado, sendo ocupado por Luiz Jacinto Vergne de Abreu que já possuía ao cargo de juiz na mesma localidade. Também apelou por compaixão lembrando o fato de que só estava naquela situação lastimável porque tinha servido ao país quando foi necessário e naquele momento estava somente pleiteando uma ocupação que lhe desse condições para a sobrevivência se fosse atendido estava disposto a renunciar à pensão que recebia por carta imperial (Rodrigues, 2014).

Antônio era ainda jovem e queria se sentir útil, tinha a preocupação de não se enleiar com alguma pessoa entregue à desocupação e à vadiagem como tantas que eram julgadas pela sociedade de um modo geral. Depois de tantos dissabores se rendeu ao vício da bebida e ao ócio alimentando a sua mágoa em relação a todas essas situações (Rodrigues, 2014).

Esse sentimento de mágoa e ressentimento também foi compartilhado por outros tantos mutilados na mesma guerra como, o porteiro da Escola Central da Bahia, João de Deus, mutilado do braço direito, que teve em seus primeiros cinco anos de emprego seu momento áureo, onde se constantemente se via rodeado de alunos ávidos por ouvir suas histórias sobre o conflito. Findo o entusiasmo inicial, caiu no ostracismo do esquecimento (Rodrigues, 2014).

O governo que durante a guerra foi negligente com os que tiveram de regressar por motivo de invalidez permanente, posterior a ela se mostrou ainda mais insensível, os pedidos de pensões, lotes de terras, cobranças por pagamento em atrasos, e indenizações se arrastavam por quatro décadas (Braga, 2024), conforme a figura 4.

Figura 4 - Foto atribuída a voluntários da Guerra do Paraguai mutilados. Observe que o que está de pé esconde a mão, possivelmente mutilada e o que está sentado. É um caso raro de amputação bilateral que sobreviveu.



Fonte: <https://encurtador.com.br/tvxJ0>

Muitas notícias de maus-tratos que haviam sido feitas por parte de soldados foram sufocadas. Até mesmo o Exército, tentava a todo custo evitar que a horda de mutilados rumasse para a Corte no Rio de Janeiro. E para tentar conter esse problema instalou serviços médicos na cidade de Desterro, província de Santa Catarina, com o intuito de que dessa forma, dali mesmo fossem despachados para

as suas terras de origens de onde afirmavam que seriam agraciados com os seus direitos segundo o Decreto 3.317, o que se verificou posteriormente ser mais um ardil por parte de quem os devia assegurar condições de sobrevivência (Júnior, 2022).

Outra questão que causou muita controvérsia, foi que o pagamento de soldo integral por invalidez, só contemplava os que da guerra regressaram saudável após o dia 1º de março de 1870. O quantitativo de ex-combatentes que chegavam na Corte que encontravam-se mutilados, enfermo ou se recuperando de alguma doença adquirida durante a guerra, só fazia aumentar e com a recusa da resolução sobre essas questões relacionadas às suas sobrevivências fincavam estadia nessa cidade para que tentassem resolver suas situações antes de voltarem para as suas cidade de origem. Muitos não tinham condições nem de regresso tamanho era o estado de penúria em que se encontravam (Pereira, 2024).

Ainda temos como exemplo os casos de indiferença do governo diante dos casos de: José, Roque e Romão. O primeiro desses casos, José Plínio de Oliveira, foi praça da Cavalaria de Polícia da Bahia e em combate sofreu ao ser ferido por bala e muma das coxas, enquanto na outra perna sofreu um tipo de traumatismo. Ao ter seu pedido de gratificação negado, na importância de 300 mil réis, como afirmava ter direito o Decreto 3.371, de 7 de janeiro de 1865, por argumentarem de que ele teria regressado antes do término da guerra. Entrevado e sem condições que lhe assegura sua sobrevivência, aos poucos teve seus ossos da perna contundidos a saírem de suas carnes magras. Perambulava pelas ruas maltrapilho vivendo da mendicância (Rodrigues, 2014).

Roque Pereira perambulava pelas ruas da capital da Bahia exibindo uma perna mutilada por duas balas em combate, e embora tivesse sido contemplado com condecoração ofertadas pelo próprio imperador, de nada lhe valia e por isso andava envergando andrajos, alardeando que se via na iminência de ter de puxar carroça ostentando sua condecoração de Hábito de Cristo no peito, de modo

a sensibilizar e atrair a compaixão dos transeuntes, uma vez que na Corte onde permanecerá por um período a fim de tentar um pagamento maior ao que teve direito por serviços prestados à pátria durante o conflito, todos lhe dirigiram com desdém (Rodrigues, 2014).

Já Romão de Aquino Gomes, foi ferido na perna direita, e num ataque ocorrido no dia 24 de maio de 1866. Desde então ao regressar na condição de “aleijado” e sem conseguir a pensão que teria direito se dedicava a mendicância, contando com a caridade alheia de modo a permitir que angariando capital, pudesse obter um par de muletas e substituir a roupa puída que esfarelava em seu corpo. Em suas andanças reclamava de que durante o tempo de sua estadia na Corte não lhe fora concedido se quer uma veste que lhe pudesse mitigar o frio (Rodrigues, 2014).

A essas narrativas se somam a de tantos outros, cujos nomes sequer temos a informação, contudo há os que mesmo sofrendo esse processo de silenciamento em vida, mesmo tendo tais infortúnios em vida portê-las sacrificado em nome de um bem maior a Pátria que agora os abandonava. Como foi o caso de um ex-combatente que após sofrer uma descarga na face, ficou cego e com o rosto totalmente desfigurado. Alguns o tomam como insano pois vivia a bradar nas ruas saudações ao imperador e a Pátria, mas há na verdade para o bom entendedor uma crítica explícita e direta a quem fora responsável pela situação em que na ocasião encontrava (De Vasconcelos, 2024).

O primeiro desembarque foi feito por um navio a vapor de nome de Santa Cruz em Jurujuba, mais precisamente na Fortaleza de Santa Cruz trazendo cerca de 90 homens, eles desembarcaram no dia 31 de março de 1867. Nessa embarcação vinham os desvalidos e alguns homens contaminados por cólera, todos vinham do Rio Grande do Sul. Todos ficaram estarecidos diante do estado dos outrora garbosos soldados que tinham se voluntariado para lutar em desagravo ao nosso país (Rodrigues, 2009).

Na capital, embora houvesse recomendações para que não fossem feitas celebrações, elas aconteceram em vários pontos com intuito de agradecer o regresso dos voluntários. O mesmo não ocorreu com os inválidos, que ficaram desprovidos de festejos e de amparo por parte do governo.

Os cortejos que seguiam rumo ao hospital militar eram todos eles compostos de homens quase que desprovidos de roupas devido ao seu estado de deterioração. Seguiam com semblantes entristecidos com os horrores da guerra entranhados em suas memórias para sempre. As humilhações porque passavam faziam o sentimento de ressentimento fomentar em seus interiores. Para esses, não havia anúncios anteriores às suas chegadas, comemorações no regresso, honrarias, nem sequer ajuda aos que estavam muito feridos para fazer o percurso sozinho. A única ajuda com que podiam contar, era a de um com outro, pois naquele comboio todos gozavam de situações de limitações. Eram invisíveis e causavam um misto de pena e repulsa aos olhos da sociedade (Silva, 2024).

A tentativa de evitar qualquer tipo de comemoração não se restringiu ao retorno dos inválidos. No fim da guerra, quando se discutia a chegada dos soldados ao Brasil, o argumento do governo para evitar as festas em homenagem àqueles que fizeram a campanha era a presença dos inválidos na Corte (Rodrigues, 2009, p. 251).

Os destinos desses homens que outrora tinham colocado a vida em risco pelo seu país passavam da cidade de Desterro, na província de Santa Catarina e aqueles que de lá não eram despachados para as suas cidades de origens, iam para o Rio de Janeiro. Na capital foi criado o Asilo dos Inválidos para os que não

tinham aquém recorrer pudessem curar suas feridas internas e externas (De Santos Nascimento, 2024).

Conclusão

Pelo presente estudo podemos verificar que a forma de assegurar que pessoas pudessem participar da Guerra de forma “voluntária” como um gesto de amor a Pátria, não logrou o êxito que esperavam e foi necessária uma estratégia de prometer soldos e emprego público a quem aderisse a empreitada. Porém o que se viu no pós-guerra é que nenhuma dessas promessas foi cumprida. Os novos artefactos militares como o aperfeiçoamento das balas fizeram estragos dantes nunca vistos, e os outrora conhecidos como “Voluntários da Pátria”, voltaram em tal estado que passaram a ser nomeados de uma forma pejorativa de “Inválidos da Pátria”.

Há em todos esses ex-combatentes uma grande mágoa, um ressentimento por não ter nenhum mérito, vez, nem voz, nessa história dos vencidos. A eles restou apenas o confinamento nos Asilos que copiavam o modelo europeu, onde não era revelada a identidade de quem ali se abrigava, e dessa forma era como se eles não existissem, num processo bem explícito de marginalização com apoio oficial do governo e sociedade em geral, em lugares remotos, de modo que ficassem invisibilizados perante os que por eles, suas vidas, mentes e corpos foram destruídos.

É importante se ater ao fato de como após a suposta vitória ter sido alcançada na Guerra do Paraguai, não há de fato muito o que se comemorar, afinal para se chegar a ela, não foi só o sangue do inimigo que manchou os campos de batalhas.

Discutir os “Inválidos da Pátria” na contemporaneidade também significa ampliar os debates sobre inclusão, cidadania e memória histórica. Ao revisitar a trajetória desses sujeitos, compreendemos que a exclusão não se limitava às sequelas físicas da guerra, mas envolvia também o silenciamento social, político e historiográfico de suas experiências.

Atingimos o nosso objectivo, pois, avaliamos esse processo por parte dos que desta Guerra participaram ativamente e depois foram simplesmente silenciados e negligenciados pelos órgãos do governo. Conforme aponta Maria Teresa Eglér Mantoan, pensar inclusão implica reconhecer sujeitos historicamente marginalizados e garantir visibilidade às suas trajetórias. Nesse sentido, resgatar a memória dos mutilados da Guerra do Paraguai representa também uma forma de reparação histórica e simbólica. Concluímos que ouvir o oprimido descrever suas percepções do que ocorreu, das circunstâncias de como foram o desenrolar dos fatos, nos traz elementos novos para serem discutidos nos livros de História. Por mais que nos livros oficiais poucos se perpetuam como os que promoveram grandes feitos, estes só permanecem na memória oficial às custas de uma grande massa de oprimidos que consolidam suas atitudes, e que muitas vezes não possuem a dimensão da força que demonstraram.

Mais do que revisitar um conflito militar, refletir sobre os “Voluntários” e os “Inválidos da Pátria” possibilita compreender como determinadas populações foram historicamente excluídas dos processos de reconhecimento social. Ao trazer esses sujeitos para o centro da narrativa histórica, o presente trabalho contribui para debates contemporâneos sobre inclusão, memória e dignidade humana.

Referências

BENTO, Luiz Carlos. **Cultura histórica e questão nacional na Primeira República: o sentido da formação entre o ensaio e os escritos educacionais de Manoel Bomfim (1897-1930)**. 2015. Disponível em: . Acesso em: 14 abr. 2024.

COMISSOLI, Adriano. **A serviço de sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808c.-1831c.)**. 2011. Disponível em: . Acesso em: 14 abr. 2024.

DE SANTOS NASCIMENTO, Fernanda. A Guerra do Paraguai e suas consequências na Imprensa Periódica Militar (1869-1882). **Boletim do Tempo Presente**, v. 12, n. 8, p. 30-43, 2023. Disponível em: . Acesso em: 14 abr. 2024.

DE VASCONCELOS, Eduardo Henrique Barbosa. A escrita da história da ciência no Brasil na segunda metade do século XX: inclusões e exclusões. **Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura**, v. 17, n. 32, p. 199-223, 2023. Disponível em: . Acesso em: 14 abr. 2024.

DOURADO, Maria Teresa Garritano. **A história esquecida da Guerra do Paraguai: fome, doenças e penalidades**. 2014. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: . Acesso em: 14 abr. 2024.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2024. Disponível em: . Acesso em: 18 maio 2026.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução de Mathias Lambert. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988. Disponível em: . Acesso em: 18 maio 2026.

JÚNIOR, Manoel José Porto. Guerra do Paraguai: visões da história. **História em Revista**, v. 8, 2002. Disponível em: . Acesso em: 14 abr. 2024.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Summus Editorial, 2015. Disponível em: . Acesso em: 18 maio 2026.

PATRÍCIO, Raquel de Cária. Forças e dinâmicas na origem da guerra do Paraguai – uma perspectiva. **Janus**, v. 14, n. 2, TD2, 2024. Disponível em: . Acesso em: 14 abr. 2024.

PEREIRA, João Marcos Rocha et al. **Os socorros da ciência na trajetória e obra de Joaquim Monteiro Caminhoá**. 2023. Tese (Doutorado). Disponível em: . Acesso em: 14 abr. 2024.

PÉREZ, Mariana Alicia. Federales y blancos. Formaciones nacionales e identidades político-partidarias en la región rioplatense durante la revolución de López Jordán de 1870. **Almanack**, e a 01521, 2023. Disponível em: . Acesso em: 14 abr. 2024.

QUEIROZ, Vanessa de Jesus. **“Sangue no campo da honra”: uma análise sobre profissão médica brasileira na Guerra do Paraguai**. 2024. Disponível em: . Acesso em: 14 abr. 2024.

RODRIGUES, Marcelo Santos. **Guerra do Paraguai: os caminhos da memória entre a comemoração e o esquecimento**. 2009. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: . Acesso em: 14 abr. 2024.

RODRIGUES, Marcelo Santos. Os esquecidos da Guerra do Paraguai (1865-1875). **Historiæ**, v. 5, n. 1, p. 164-183, 2014. Disponível em: . Acesso em: 14 abr. 2024.

RODRIGUES, Marcelo Santos. A morte nas narrativas da guerra do Paraguai (1864-1870). **Editora Licuri**, p. 32-42, 2023. Disponível em: . Acesso em: 14 abr. 2024.

SASSAKI, Romeu Kazumi et al. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997. Disponível em: . Acesso em: 18 maio 2026.

SCHALLER, Enrique C. Revisão bibliográfica da obra de Ricardo Scavone Yegros (2022). Explorações, projetos e controvérsia de limites. As relações do Paraguai e da Bolívia no século XIX. (Coleção Ciências Sociais e História). Santa Cruz de la Sierra: O País, 5. **Folia Histórica Nordeste**, v. 49, p. 251-254, 2024. Disponível em: . Acesso em: 14 abr. 2024.

SILVA, Carlos Leonardo Bahiense da et al. **Doutores e canhões: o corpo de saúde do Exército Brasileiro na Guerra do Paraguai (1864-1870)**. 2012. Tese (Doutorado). Disponível em: . Acesso em: 14 abr. 2024.

VALADARES, Paulo. **O médico dos pobres: aventuras do último malê da Bahia**. Coimbra: Almedina Brasil, 2023. Disponível em: . Acesso em: 14 abr. 2024.

VALÉRIO, Elton Larry. Os impactos da Guerra do Paraguai no Piauí: resistências ao recrutamento, a vida depois da guerra e a luta pelas recompensas prometidas (1865-1920). 2023. Disponível em: . Acesso em: 14 abr. 2024.

VALÉRIO, Elton Larry. Os impactos da Guerra do Paraguai no Piauí: resistências ao recrutamento, a vida depois da guerra e a luta pelas recompensas prometidas (1865-1920). 2023. Disponível em: . Acesso em: 14 abr. 2024.

VICTOR, Fabio. **Poder camuflado: os militares e a política, do fim da ditadura à aliança com Bolsonaro – Vencedor Jabuti 2023**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. Disponível em: . Acesso em: 14 abr. 2024.

VIEIRA, Miguel Vitor Araujo. Trilhos da transformação: a chegada das ferrovias e a tensão entre atraso e progresso no Brasil. **Temporalidades**, v. 15, n. 2, p. 289-306, 2024. Disponível em: . Acesso em: 14 abr. 2024.

